



ARTIGO

 <https://doi.org/10.47207/rbem.v3i01.14757>

O que pensam os professores de Matemática sobre o livro didático: do processo de escolha à utilização como recurso didático

SILVA, Daniel Fernandes da Silva

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja (IFFar).
Doutor em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7497-0283>. Email:
daniel.fernandes@iffarroupilha.edu.br

Resumo: O livro didático é um dos recursos pedagógicos mais utilizados no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar brasileiro, inclusive tendo um programa específico instituído por meio de política pública há mais de vinte anos: o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Nesse campo de disputa, estão os professores da Educação Básica que fazem parte do processo de escolha do material que chega (ou deveria chegar) nas escolas. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as percepções dos professores de Matemática sobre o processo de escolha do livro didático e a sua utilização em sala de aula, inclusive durante o ensino remoto, modalidade motivada e condicionada no país por causa da crise pandêmica. Para tanto, essa pesquisa com característica qualitativa descritiva (GIL, 2002), utilizou para coleta de dados questionários que foram aplicados a um grupo de 21 professores de Matemática das redes estadual e municipal de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, atuantes na Educação Básica. Os resultados mostram que os professores se reconhecem como agentes essenciais no processo de escolha do material didático, assumindo essa responsabilidade e requerendo maior espaço e liberdade nessa seleção, pois o livro didático ainda é um recurso muito utilizado pelos docentes.

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino de Matemática. Livro didático.

What do Mathematics teachers think about the textbook: from the selection process to its use as a teaching resource

Abstract: The textbook is one of the most used pedagogical resources in the teaching and learning process in the Brazilian school context, including a specific program instituted through public policy for more than twenty years: the National Book and Teaching Material Program (PNLD). In this field of dispute, there are the Basic Education teachers who are part of the process of choosing the material that arrives (or should arrive) in schools. In this sense, the present research aims to analyze the perceptions of Mathematics teachers about the process of choosing the textbook and its use in the classroom, including during remote teaching, a modality motivated and conditioned in the country because of the pandemic crisis. For that, this research with descriptive qualitative characteristic (GIL, 2002), used for data collection questionnaires that were applied to a group of 21 Mathematics teachers from the state and municipal schools of a city in the interior of Rio Grande do Sul, working in the Basic education. The results show that teachers recognize themselves as essential agents in the process of choosing didactic material, assuming this responsibility and requiring greater space and freedom in this selection, since the textbook is still a resource widely used by teachers.

Keywords: Teacher training. Mathematics Teaching. Textbook.

Qué piensan los profesores de Matemáticas sobre el libro de texto: del proceso de selección a su uso como recurso didáctico

Resumen: El libro de texto es uno de los recursos pedagógicos más utilizados en el proceso de enseñanza y aprendizaje en el contexto escolar brasileño, incluyendo un programa específico instituido por política pública desde hace más de veinte años: el Programa Nacional del Libro y Material Didáctico (PNLD). En ese campo de disputa, están los docentes de Educación Básica que son parte del proceso de elección del material que llega (o debe llegar) a las escuelas. En ese sentido, la presente investigación tiene como objetivo analizar las percepciones de los docentes de Matemática sobre el proceso de elección del libro de texto y su uso en el aula, incluso durante la enseñanza a distancia, modalidad motivada y condicionada en el país a causa de la crisis de la pandemia. Para tanto, essa pesquisa com característica qualitativa descritiva (GIL, 2002), utilizou para coleta de dados questionários que foram aplicados a um grupo de 21 professores de Matemática das redes estadual e municipal de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, atuantes na Educação Básica. Los resultados muestran que los docentes se reconocen como agentes esenciales en el proceso de elección del material didáctico, asumiendo esa responsabilidad y requiriendo mayor espacio y libertad en esa selección, ya que el libro de texto sigue siendo un recurso ampliamente utilizado por los docentes.

Palavras-Clave: Formación del profesorado. Enseñanza de las matemáticas. Libro de texto,

Introdução

Mesmo com a crescente informatização e ampliação de recursos pedagógicos disponível para o processo de ensino e aprendizagem, o livro didático ainda é um dos recursos mais disponíveis e utilizados no âmbito escolar brasileiro. Debido à sua importância, tem-se instituído, há mais de duas décadas, o PNLD, cujo objetivo principal é avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 2017).

Apesar da instituição do PNLD ter acontecido apenas há algumas décadas, o livro didático se faz presente no contexto educacional no país desde o período colonial, como aponta Ribeiro (2003). Contudo, diferentemente do que acontece hoje, esse recurso era um privilégio somente para as camadas mais favorecidas, visto que a educação escolar não atingia parte significativa da população brasileira, sendo uma educação para poucos.

Dentro desse contexto histórico, em meados de 1930, foram promulgadas as primeiras leis e estabelecimentos desse recurso, conforme afirma Freitag (1989). Contudo, foi somente no ano de 1966, por meio da parceria entre o Ministério da Educação (MEC), controlado pelo

Regime Militar vigente à época, e a United States Agency for International Development (USAID), que o livro didático começou a ser produzido em larga escala para atender às demandas escolar em números de alunos (WITZEL, 2002). Cabe ressaltar, que tal acordo foi alvo de críticas de grupos estudantis da época, pois se questionava a intencionalidade de uma possível privatização da educação no país.

Nas décadas de 1970 e 1980, conforme afirmam Santos e Martins (2011), os livros didáticos assumiram um importante papel na prática pedagógica no país, pois possuíam a capacidade de uniformizar o currículo escolar. Esse papel de destaque, acontecia pelo fato do cenário educacional da época ser marcado por grande desvalorização e falta de qualificação dos professores, sendo o livro didático um articulador do que e como ensinar. Entretanto, apesar desse papel relegado ao material didático, começaram a surgir, como aponta Mortimer (1988), questionamentos sobre a forma que os livros eram produzidos e como os conteúdos eram abordados.

Até esse período, conforme mostram as pesquisas de Lopes (2002) e Choppin (2004), raras eram as investigações e estudos no país sobre o livro didático. Choppin (2004) enfatiza negligenciamento em relação à falta de pesquisas referentes aos livros didáticos, dizendo que somente a partir dos últimos vinte anos que houve significativo impulso nesse segmento. Já Lopes (2002), ao tratar especificamente os livros didáticos para a área de Matemática, aponta que uma das características desses materiais eram os erros conceituais existentes que, geralmente, não eram observados pelos professores pelo fato de não possuírem formação adequada para tais questionamentos.

A mudança de paradigma em relação ao livro didático, aconteceu somente na década de 1990, pois nesse período ocorreu uma série de mudanças, reformas educacionais e novos parâmetros educacionais, entre as quais se pode destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nessa mesma década, com finalidade de assegurar a qualidade dos livros didáticos que seriam adotados pelas instituições escolares, foi criado o PNLD. Esse programa, entre outros objetivos, comprometia-se em fazer a avaliação dos materiais, antevendo a sua chegada às escolas e garantindo, assim, a qualidade do material fornecido.

Nesse cenário, Garcia e Silva (2009) apontam a importância dos PCN para a constituição e qualidade do material fornecido às escolas. Segundo os autores, a partir deste,

os livros passaram a ser avaliados dentro de um programa e com critérios pré-estipulados que as editoras interessadas na concorrência, deveriam atender para, posteriormente, incluir os materiais no catálogo a ser distribuído para a escolha dos professores.

As pesquisas de Lajolo (1996) e Choppin (2004) apontam a importância do livro didático no contexto escolar e suas múltiplas interpretações. Lajolo (1996) aponta que, apesar do intenso processo de globalização cifrado em distintas linguagens, esse material, apesar de não ser o único, é um instrumento específico e extremamente importante para o processo de ensino e aprendizagem formal, pois reúne condições de oferecer ao docente contribuições para interação com tais linguagens dentro de um contexto contemporâneo. Para Choppin (2004), o livro didático assumiu (e ainda assume) várias funções, entre as quais ele destaca: i) a função referencial, onde esse recurso tem serventia apenas para reproduzir currículos e programas; ii) a função instrumental, pois há a consideração desse recurso meramente para a proposição e realização de exercícios ou atividades; iii) a função ideológica, citada como a mais antiga, pois constitui-se como um transmissor essencial dos valores culturais dominantes; e, iv) a função documental, pois acreditava-se que este, por meio da observação e confrontação, poderia vir a desenvolver o senso crítico do aluno.

Nesse contexto, os professores que atuam na Educação Básica têm um importante papel no processo de definição dos livros que chegam (ou deveriam chegar) até as escolas, pois passam por eles a decisão dos livros a serem escolhidos para a utilização nas escolas, assim como na concepção admitida na utilização desse recurso. Tal importância é ressaltada, pois, segundo Lajolo (1996), esse material assume significativa relevância no contexto nacional, pois a situação precária das questões educacionais no país, faz com que esse recurso acabe determinando os conteúdos a serem trabalhados e as estratégias de ensino, tal como o que ensinar e como ensinar.

Numa visão mais geral, pesquisadores como Thompson (1992) e Tardif e Raymond (2000) investigam a relação entre a concepção que os professores têm sobre o processo de ensino e aprendizagem, em especial na Matemática, e a influência desta em suas práticas. Nesse sentido, percebe-se a importância do processo formativo do professor de Matemática no sentido de práticas que privilegiem a autonomia e o protagonismo do aluno no processo de ensino e aprendizagem em Matemática.

Nesse cenário, Veiga (2009) aponta a necessidade de questionamento sobre o livro didático na formação de professores, pois ele, além de ser legitimado por política pública, constitui-se parte importante da prática docente. Corroborando com esse pensamento, Pimenta e Ghedin (1999) afirmam que a construção dos saberes só se efetiva no confronto do diálogo com a prática, sendo assim, ao entrar em sala de aula, o professor se depara com a necessidade de usar o livro didático e, assim, inconscientemente articula seus conhecimentos entre a teoria e a prática. A formação inicial é essencial nesse processo, possibilitando a proposição de atividades experienciais onde o licenciando poderá articular as pontes entre a teoria e a prática.

Discutir questões sobre o livro didático no processo formativo de professores, além de efetivar o espaço como uma conquista no campo de disputa educacional, visto que são muitos os interessados, tal como as instituições públicas, as instituições privadas e os grupos de interesses, oportuniza a conscientização dos docentes sobre como funciona o processo de escolha e ressalta a importância do professor nesse sentido, pois, num futuro próximo, são esses licenciandos que estarão participando ativamente de tais escolhas e fazendo o uso do recurso nas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi realizada em conjunto com os licenciandos em Matemática do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), campus São Borja – RS, como parte das atividades dos componentes curriculares Prática enquanto Componente Curricular V e VII (PeCC V e VII), cuja ementa aborda questões sobre a tratativa do livro didático.

Os licenciandos tiveram, num primeiro momento, formação teórica onde foram abordados temas como: a constituição de políticas públicas de distribuição de livros didáticos e a sua importância como recurso de ensino, não estatizado e único. Posteriormente, como parte das atividades práticas, desenvolveram um questionário e aplicaram o mesmo aos 21 professores pesquisados que atuam no Ensino Fundamental II e Médio, em uma cidade do interior gaúcho, todos professores que recebem estagiários de observação e/ou regência do IFFar.

O objetivo da pesquisa é o de analisar as percepções dos professores em relação ao processo de escolha dos livros e a sua utilização no ensino presencial e também na modalidade remota, visto que esta foi uma solução encontrada para o momento de pandemia que assolou, e ainda assola, o país e o mundo.

Para tanto, utilizou-se a pesquisa descritiva (GIL, 2002) visando compreender as percepções desse grupo de professores. O questionário (GIL, 2002) foi o recurso utilizado para a coleta de dados. Já para a análise de dados, utilizou-se da vertente qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), ainda que em certos momentos se utilize dados quantitativos para sintetizar as informações.

Os resultados mostram importantes facetas quanto ao processo de escolha do livro didático e a participação dos professores. Outra descrição importante advinda dos resultados é sobre o uso do material no ensino presencial e remoto, que mesmo com a crescente informatização e utilização dos recursos virtuais, ainda possui importância relativa no contexto escolar, sendo o professor peça chave no seu posicionamento de escolha do material didático e na articulação dos recursos necessários para o processo de ensino e aprendizagem.

Metodologia

A presente pesquisa, que busca analisar as percepções dos professores de matemática acerca do livro didático, tem como característica ser uma pesquisa descritiva. Esse tipo de pesquisa, segundo Gil (2002), objetiva fazer a descrição das características de determinada população ou fenômeno. O autor ainda aponta a possibilidade de levantar opiniões, atitudes e crenças de um determinado grupo, o que corrobora diretamente com os objetivos dessa pesquisa.

Nesse direção, como aponta Gil (2002, p. 42), “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”. Com base nos objetivos dessa pesquisa, optou-se pela coleta de dados por meio de um questionário, que para Gil (2002), entende-se como um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado.

Para tanto, foram aplicados questionários a um grupo de 21 professores de Matemática das redes estadual e municipal de cidades do interior do Rio Grande do Sul, atuantes no Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

As questões formuladas, buscavam compreender aspectos como: i) opinião e participação dos professores no processo de escolha do livro didático; ii) utilização dos livros didáticos no ensino regular presencial; e, iii) a utilização dos livros didáticos no ensino

regular remoto. Para tanto, foram formuladas, de maneira dialógica e cooperativa, entre alunos e professor, sete questões a serem respondidas pelos respectivos professores atuantes nas modalidades citadas. Para análise de dados, optou-se pela vertente qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), pela própria natureza da pesquisa e visando objetivo previamente levantado.

Resultados e Discussão

O questionário, com sete questões elaboradas pelos licenciandos tinham como objetivos obter respostas dos pesquisados sobre a participação e posicionamento frente ao processo de escolha do livro didático e sobre a utilização desse recurso, visto que as condições e os recursos didáticos para o ensino e aprendizagem de Matemática, hoje, são mais diversos do que há algumas décadas, prova disso é o crescente uso de recursos tecnológicos no âmbito educacional.

A **primeira pergunta** direcionada aos docentes foi sobre a relação da prática desenvolvida pelo professor e a utilização do livro didático. Nesse sentido, buscou-se verificar o papel do livro didático nas práticas desenvolvidas.

Os resultados obtidos dos professores pesquisados mostraram que, para cinco docentes, o livro didático é um recurso importantíssimo, mas precisa de uma releitura por parte do professor, fazendo recortes e acréscimos quando necessário. Para outros dezesseis professores, apesar de ainda utilizarem em certos momentos o livro didático, esse não apresenta mais a importância relativa de outrora. Um dos motivos mais apontados pelos professores em relação a essa mudança, diz respeito aos novos recursos educacionais e a informatização, marcas do nosso tempo. Nesse sentido, o livro didático é um recurso auxiliar ao processo de ensino e aprendizagem, mas não único.

Observa-se, com base nas respostas dos professores participantes, que a utilização do livro didático não tem sido inerente ao olhar do docente. Ou seja, ele não ocupa o papel dominante no processo de ensino e aprendizagem, pois os docentes optam por fazer releituras e/ou adaptações com base nos objetivos de aprendizagem e no contexto no qual estão inseridos. Tal percepção dos docentes, vai ao encontro da visão defendida por Carvalho e Lima (2010) da necessidade do professor fazer seleções, modificações e complementações para que o livro didático seja funcional para os objetivos previamente selecionados. Assim,

apesar da sua importância, observa-se que o livro didático não ocupa o protagonismo de forma estática no processo de ensino e aprendizagem, estando professor atento ao comprometimento de sua autonomia pedagógica (BRASIL, 2013).

Essa percepção dos professores em relação ao livro didático como algo não estatizado, mas sim como um recurso pedagógico que permite recortes, acertos e adequações à realidade em que a prática pedagógica será desenvolvida, contraria a percepção de Dante (1996), pois, para o autor, os docentes têm o livro didático como o currículo a ser seguido estando o foco no cumprimento daquilo que é proposto nesse recurso e não a aprendizagem do educando. Isso mostra a importância da formação inicial contemporânea nesse processo de desconstrução da centralidade e do engessamento do livro didático, pois como afirma Fiorentini (1995), a formação influencia fortemente a forma como se desenvolve o processo de ensino e aprendizagem.

A segunda pergunta, diz respeito à frequência que os livros didáticos são utilizados na sala de aula regular. Nesse sentido, buscou-se analisar se o livro didático é usado frequentemente ou somente de forma esporádica.

Os resultados foram diversos, apontando em qual momento e com qual frequência esse material é utilizado nas práticas escolares: três docentes apontaram o uso frequente, tanto na sala de aula como para atividades fora dela; treze professores apontaram fazer o uso em sala de aula somente e de forma esporádica; e, para cinco professores, o uso é restrito para atividades de casa.

A percepção dos professores analisados sobre o papel do livro didático nas práticas matemáticas e a frequência que são desenvolvidas em sala de aula apontam, diferentemente da pesquisa de Caimi (1999), para a desmistificação da ideia do livro didático como único recurso e fonte de consulta dos docentes. Observa-se que, para a maioria dos professores, novos recursos dividem esse espaço com o livro didático, principalmente pela motivação advinda da crescente informatização e novas tendências educacionais.

Nessa direção, observa-se também que o livro didático não é usado de forma diária pela maioria dos professores, visto que ele não é o único recurso pedagógico para esses docentes, pois os mesmos citam variações de instrumentos e métodos desenvolvidos. Contudo, ao mesmo tempo, observa-se o importante papel do livro didático para além da sala

de aula. O recurso é utilizado pelos professores como um complemento das atividades educacionais, sejam elas como material de reforço ou exercícios complementares.

Nesse deslocamento do livro didático da escola para as casas dos alunos, tais instrumentos acabam por fazer parte do cotidiano familiar, como apontam Souza e Garcia (2003). Nesse sentido, muitas das ações desenvolvidas na sala de aula chegam às famílias por meio dos livros didáticos, que vão se tornando parte integrante em algum espaço da casa e deixando marcas para quem os manuseia (SOUZA; GARCIA, 2003, p. 58). O livro nesse aspecto, pode romper fronteiras e propiciar a interação não somente entre aluno x conteúdo x professor, mas ampliando possibilidades de envolver o contexto familiar, ou seja, indo além do âmbito educacional meramente escolar.

A terceira e última pergunta desse segmento, que busca analisar o envolvimento do livro didático nas práticas pedagógicas dos professores, indagou sobre a questão do livro didático no ensino remoto, visto que o momento de pandemia, inicialmente, designou as escolas a adotarem esse modelo de ensino, como forma de preservação da vida frente à crise pandêmica.

Os resultados mostram que sete dos 21 docentes não fizeram o uso do livro didático durante o ensino remoto. Desses sete professores, cinco deles apontaram que a escola não fez a entrega, substituindo esse recurso por materiais impressos.

Alguns apontamento que chamaram a atenção, foram:

Professor A: Houve falta de livros didáticos para todos alunos.

Professor J: Não foram enviados os livros, mas eles serviram para formulação de atividades por parte do professor.

Outros 14 professores adotaram o livro didático em tempo de ensino remoto. São diversos os modos de utilização, como se pode observar pelas falas dos professores abaixo:

Professor C: Requisitei o envio dos livros didático para auxiliar nas tarefas e possíveis dúvidas.

Professor M: Os livros foram enviados para suporte dos alunos sem acesso à internet. Suprimam uma ausência importante.

Professor E: Serviram (os livros) como forma de economia de materiais impressos, visto que a demanda era alta. Contribuíram na realização de atividades propostas e serviram de material para consulta dos alunos.

Os relatos obtidos por meio do questionário apontam para uma efetiva utilização do livro didático no período de pandemia. Tal resultado, vai ao encontro da pesquisa desenvolvida por Martins e Klein (2020), pois as autoras apontaram que o uso desse recurso didático no período de ensino remoto foi uma prática constante. Da mesma forma, a pesquisa apontou que os motivos que justificavam o uso desse recurso são os mais variados possíveis, desde para o planejamento das aulas como para a resolução de exercícios. Outro fator de aproximação com os dados obtidos é em relação à falta de material para todos os alunos, justificando o fato de não ocorrer o envio para os alunos.

Nesse sentido, percebe-se que o livro didático em tempos de ensino remoto teve uma importância relativa no contexto educacional, principalmente para os alunos sem acesso à internet, sendo, muitas vezes, o único recurso pedagógico que tais alunos tiveram contato. As possibilidades vão além da mera cópia, sendo um recurso tanto para a resolução de exercícios pré-estipulados como para auxiliar o docente na organização da proposta pedagógica nessa modalidade.

Da quarta à sétima questões, o foco se direciona ao processo de escolha do livro didático e o posicionamento dos professores acerca da temática, pois como afirmam Tardif e Lessard (2015) o trabalho docente não se resume a prática profissional ser exercida na sala de aula, mas são múltiplas as finalidades e se manifestam de diversas formas. Nesse sentido, busca-se compreender como o professor enxerga o seu papel frente à essa demanda que é de sua incumbência.

Dos 21 professores pesquisados, 18 já participaram de pelo menos um processo de análise de obras e escolha do livro didático, como mostrou as respostas da **quarta pergunta**. Ou seja, observa-se que parte significativa dos entrevistados já exerceram o seu papel frente ao processo de escolha do livro didático. Os três docentes que não participaram do processo de escolha, têm como característica pouco tempo de formação na Licenciatura em Matemática e de atuação profissional, justificando a não participação no processo de escolha.

Na quinta pergunta, buscou-se saber dos professores que já participaram em algum momento do processo de escolha do livro didático, informações sobre o livro escolhido pela escola e o material que de fato chegou à escola.

Dos 18 docentes que participaram, pelo menos uma vez, do processo de escolha do livro, sete deles apontaram que o livro escolhido pelos professores e a escola, não foi aquele

que chegou até as escolas. Isso gera, alguns desconfortos, como podemos observar pela fala do docente abaixo:

Professor D: Foi um processo longo e cansativo. Deixamos outras coisas de lado, para nos dedicarmos a análise das obras. Deu uma desanimada, quando percebemos que o livro que queríamos não chegou na escola. O livro que chegou não era ruim, mas pareceu uma perda de tempo para nós.

O fato de haver discrepância entre a escolha do professor e a não chegada do livro escolhido gera frustração do docente, visto que o mesmo gasta energia, tempo e se posiciona politicamente e pedagogicamente no processo e o resultado não é o esperado pelo mesmo, podendo chegar um material que não está em conformidade ou não é o mais adequado com a realidade na qual ele está inserido.

Contudo, essa possibilidade de dissintonia entre a escolha e o material que de fato chega à escola está respaldado pela legislação vigente. Segundo o decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2018, houve mudanças no processo de escolha sendo que a decisão do professor pode ou não ser adotada pela rede de ensino. Com a mudança, são três as possibilidades de adoção do material: i) material único para toda a escola; ii) material único para cada grupo de escolas; e, iii) material único para toda a rede (BRASIL, 2017).

Com essa mudança realizada na legislação, observa-se uma tendência de unificação do material didático por toda uma rede, mesmo que haja diversidade entre as realidades onde as escolas estão inseridas, sendo que a decisão de um grupo de professores de uma determinada área pode ou não estar em concordância com o material adotado pela rede de ensino. Nesse sentido, como observa-se pelo relato do professor abaixo, existe uma tentativa de centralização e controle do processo de escolha pelas secretarias de educação.

Professor G: Fiquei bem triste (com a não chegada do livro escolhido). Foi um esforço e tempo perdido, pois quem decide será sempre o setor pedagógico da prefeitura. De verdade, acho que eles nem levam em consideração as nossas escolhas.

A sexta pergunta, teve como objetivo analisar dos professores o seu entendimento de quem deveria ser a responsabilidade pela indicação do livro que deveria chegar até as escolas, visto que a nova legislação possibilita a centralidade dessa escolha pelas redes de ensino.

Os professores pesquisados, mesmo com os percalços de não receberem os livros indicados para utilização nas escolas, apontaram, de forma unânime, que tal incumbência deve ser do professor, em detrimento da gestão escolar ou outros órgãos institucionais.

Observa-se que os professores reconhecem a importância de serem protagonistas nesse processo e, diferentemente do que possibilitou a mudança em relação à legislação que possibilita uma escolha unificada por parte das redes de ensino, acreditam que o processo deveria estar centrado no docente que está em sala de aula e não delegando essa responsabilidade para as secretarias que podem ignorar a escolha desses professores.

Professor G: Acredito que tanto a gestão como os pais dos alunos possuem um importante papel no processo educacional democrático, mas na questão do livro didático, sem desconsiderar esses, a incumbência deve ser total dos professores e os companheiros de área. Somos nós que conhecemos a realidade da sala de aula e conseguimos fazer a transposição entre o currículo e o modo de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem. Então acredito que não devemos passar essa responsabilidade e sim assumirmos ela de forma mais pontual.

O reconhecimento e o posicionamento dos docentes em relação à sua importância no processo de seleção do livro didático, ganha relevância devido à globalização e racionalização vigente. Nessa direção, Contreras (2002) aponta para a tentativa de reduzir o papel do professor ao de um técnico e mero aplicador de programas e propostas curriculares. Assim, percebe-se que tais professores rejeitam a verticalização dos materiais que possam ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem, posicionando-se no sentido de terem a liberdade de escolha.

Na sétima e última pergunta, buscou-se conhecer a percepção dos professores sobre como deveria ser a melhor forma de organização para a escolha do livro didático.

Os resultados mostram que, para 16 dos 21 pesquisados, o processo de escolha deveria ser amplamente discutido pelos professores da unidade escolar e essa escolha deveria ser respeitada.

Um dos professores analisou a questão da seguinte forma:

Professor B: Quem melhor conhece a realidade da escola são os professores que estão diariamente nela. Assim, quem deve escolher esse material, deveria ser os professores

que atuam na própria escola e essa escolha deveria ser respeitada, facilitando até o planejamento a ser realizado.

Outro professor apontou que cada rede deveria ter um mesmo livro e que essa escolha deveria ser alvo de todos os professores da rede. O restante dos professores, apontaram que deveria se adotar um mesmo livro didático para todos os alunos de um mesmo estado, independentemente do tipo de rede que ele frequenta. Um dos motivos apontados por tal opção, pode ser conferido na fala do professor abaixo:

Professor E: Acredito que um mesmo livro para todo estado, como por exemplo o Rio Grande do Sul ter um mesmo material para as prefeituras e estados, facilitaria o trabalhar de forma igualitária, como se fosse um único planejamento e facilitaria o deslocamento do aluno, caso ele mudasse de escola ou cidade dentro do mesmo estado.

Nesse sentido, pode-se perceber novamente a proposição da importância do professor frente ao processo de escolha dos livros, visto que a maioria tem a percepção que a escolha da unidade escolar deveria ser respeitada. Mesmo aqueles que têm a percepção da necessidade de um livro unificado para as redes de ensino, são favoráveis que esse processo tenha o docente como protagonista na seleção e que os resultados sejam claramente e amplamente divulgados para evitar possíveis desvios de escolhas pelas redes de ensino.

Considerações Finais

O livro didático é um recurso didático de extrema importância no cenário educacional brasileiro. Fruto de lutas e ratificado como política pública, o PNLD, instituído há mais de duas décadas, tem feito com que livros, gratuitamente, cheguem até as escolas públicas, atendendo às camadas menos favorecidas da sociedade brasileira.

Contudo, apesar da importância do livro no cenário educacional apontada por Lajolo (1996), a pesquisa realizada mostrou que esse espaço principal dado ao recurso não é algo estatizado, pois percebe-se que outros recursos têm ocupado o espaço dos livros no processo de ensino e aprendizagem. Isso se deve pelo fato do grande processo de informatização que estamos vivenciando e os novos recursos que estão sendo aderidos no campo da Educação Matemática, tal como o uso dos materiais concretos por exemplo.

A mera cópia de textos e a realização de longas listas de exercícios, práticas comuns no cenário escolar, têm sido substituídas por outras práticas de ensino. Isso se deve, principalmente, pelas novas abordagens no processo de ensinar e aprender matemática. O livro didático nesse cenário, tem sido utilizado pelos professores como um material complementar, necessitando de recortes e adaptações à realidade dos seus alunos.

Contudo, no ensino remoto, percebe-se a importância do livro didático, principalmente para os alunos sem acesso à internet, sendo, muitas das vezes, o único recurso didático que o aluno possui para as atividades escolares. Nessa modalidade de ensino, mostrou-se também eficiente no sentido econômico, evitando impressões de atividades e texto, que seriam enviadas para os alunos, e muitas vezes, a escola não possui recursos para fazer isso em grande escala. O livro supriu essa carência, pela fala dos pesquisadores.

O reconhecimento dos pesquisados em relação à importância dos professores nas decisões que tange a escolha do livro didático por parte dos pesquisados, reafirmam o ensejo dos professores em determinar com quais materiais e como irão desenvolver a prática pedagógica na sala de aula, reforçando assim, a autonomia do professor frente ao processo e decisões peculiares à sua prática profissional. Contudo, observa-se que quando as suas escolhas não são respeitadas, há desânimo e enfraquecimento para futuras escolhas, necessitando do processo de escolha ser mais claro e objetivo para os docentes, incluindo o diálogo entre gestão escolar e docentes.

Com relação à prática formativa dos licenciandos, percebe-se que conhecer as lutas e conquistas no âmbito educacional da distribuição gratuita de livros às escolas e mostrar o criterioso processo que tais materiais passam antes de chegar às instituições escolares, faz com que falácias criadas pela sociedade em relação à qualidade duvidosa desses materiais e certas “doutrinações” estejam explícitas nesses materiais, caiam por terra.

É importante reconhecer nesse processo a importância dos professores na seleção desses materiais e fincar posicionamento frente à essa demanda. Assumir esse compromisso e não delegar a outros, é efetivar esse espaço de conquista e assim exercer a autonomia docente frente ao amplo processo de ensino e aprendizagem.

Referências



BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2014: Matemática*. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2013.

BRASIL. Diário Oficial da União. *Decreto n. 9.099*, de 18 de junho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, 2017.

CAIMI, F. E. *O livro didático e o currículo de história em transição*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

CARVALHO, J. B. P.; LIMA, P. F. *Escolha e uso do livro didático*. In: *Matemática: Ensino Fundamental*. João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho/coord. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010

CONTRERAS, J. *Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHOPPIN, A. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa – FEUSP, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DANTE, L. R. Livro didático de Matemática: uso ou abuso? *Revista Em Aberto*, v. 16, n. 69, 1996.

FIORENTINI, D. *Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil*. Revista Zetetiké, ano 3, n. 4, 1995.

FREITAG, B. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, T. M. F. B.; SILVA, E. F. Livro didático de física: o ponto de vista de alunos do ensino médio. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009, Curitiba; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUCPR, 2009, p. 8595-8606.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Revista Em Aberto*. Brasília, v. 26, n. 69, p. 3-7, jan. /mar., 1996.

LOPES, J. A. *Livro didático de matemática: concepção, seleção e possibilidades frente a descritores de análise e tendências em Educação Matemática*. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MORTIMER, E. F. A evolução dos livros didáticos de química destinados ao ensino secundário. *Revista Em Aberto*, v. 7, n. 40, p. 25-41, 1988.



RIBEIRO, M. L. *História da Educação Brasileira: organização escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.) *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, V. A.; MARTINS, L. A importância do livro didático. *Candombá – Revista Virtual*, v. 7, n. 1, p. 20-33, jan – dez, 2011.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. *Saberes, Tempo e Aprendizagem do trabalho no magistério*. São Paulo: Revista Educação e Sociedade, no 73, pp. 209-244, 2000.

THOMPSON, A. G. *Teachers Beliefs and Conceptions: A synthesis of the research*. In D. A Grows (Ed), *Handbook of research on Mathematics Teaching and Learning*, pp. 127-146. New York: Macmillan Publishing Company, 1992.

Artigo submetido em: 08/07/2022

Artigo aceito em: 21/09/2022